

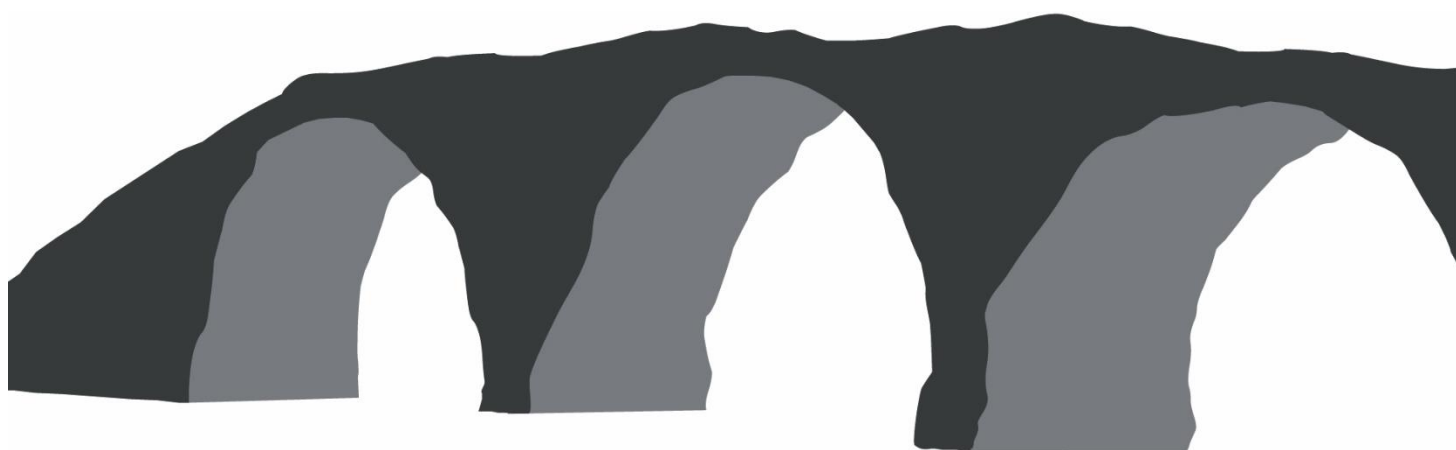
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

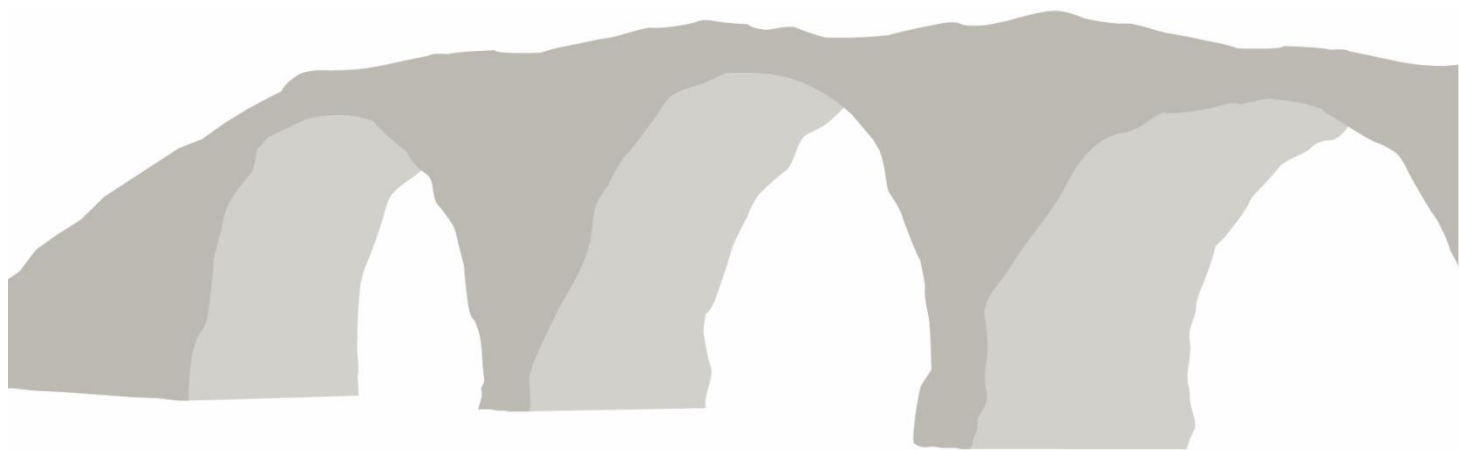
APRESENTAÇÃO

NAS DOBRAS DA CIDADE: ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA EM PERSPECTIVA

Camilla Agostini

Piero A. B. Tessaro





NAS DOBRAS DA CIDADE: ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA EM PERSPECTIVA

Camilla Agostini¹

Piero A. B. Tessaro²

A arqueologia experimentou significativas transformações teóricas e metodológicas expandindo seus horizontes de atuação e reflexão, desde finais do século XIX, em diferentes contextos de produção acadêmica no mundo. Inúmeros esforços de síntese têm sido feitos, considerando especificidades dessas produções em diferentes partes do globo (e.g. Trigger, 1989; Funari *et al.*, 1999; Funari & Ferreira, 2016; Zarankin, 2004; Prous, 1992; Courtney, 2009). Dentre essas trajetórias, para este volume temático destacamos a ideia do que seja uma arqueologia social associada ao que temos chamado de arqueologia urbana.

Apesar de possuírem contextos distintos, ambos os movimentos compartilham interesse por abordagens críticas, comprometidas com as realidades sociais e históricas que definem os vestígios arqueológicos. A aproximação entre essas vertentes permite a reavaliação da prática arqueológica em contextos urbanos, incorporando perspectivas voltadas à justiça social, à valorização das memórias coletivas e à crítica dos processos de silenciamento e de exclusão.

A primeira vem de um legado da arqueologia latino-americana da década de 1970, embora outras perspectivas também tenham feito uso do nome. A segunda está geralmente associada a um campo temático da arqueologia histórica. Este dossiê foi um convite para pensarmos quais os termos para uma arqueologia social em contextos urbanos nos tempos atuais.

Qual seria a agenda de uma arqueologia social nessa primeira metade do século XXI, se a comparássemos com as demandas da arqueologia social latino-americana da década de 1970, ou com o que a arqueologia crítica pós-moderna anglo-saxônica promoveu a partir do final da década de 1980? As demandas sociais e políticas da década de 1970 e as pós-modernas curiosamente não foram muito distintas, ainda que cada qual tenha tido sua própria tradição marxista (Agostini *et al.*, 1997). Na atualidade, poderíamos considerar arqueologias de ou contracoloniais, indisciplinadas e demandas por reparação, representatividade e participação social nos processos de fazer arqueologia como novas diretrizes para pensarmos essa agenda no século XXI (e.g. Souza, 2020; Atalay, 2016; Ayala, 2016; Bezerra, 2017; Carvalho & Bastos, 2024; Castañeda, 2014; Gnecco, 2021; González-Ruibal, 2018; Haber, 2013; Hamilakis, 2016; Hartmann, 2021; Meskell, 2013)? A perspectiva marxista se renovou ou foi descartada nesse novo contexto?

Já o caso da arqueologia urbana, entendemos que ela não deveria se restringir ao domínio da arqueologia histórica, pois os contextos urbanos abrigam múltiplas temporalidades, inclusive de passados remotos

¹ Professora Associada no Departamento de Arqueologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora de pós-doutorado no Laboratório de Arqueologia Pública / Nepam, Universidade Estadual de Campinas; integra o Instituto de Memória e Ação Social. E-mail: camilla.rio.br@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5104-8819>.

² Doutorando em Arqueologia, Universidad de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. E-mail: pierotessaro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6075-6649>.

(Cantwell & Wall, 2001; Zanettini, 2004; Tessaro, 2022). Nesse sentido, quais são as demandas, os fazeres e os caminhos de uma arqueologia socialmente comprometida em contextos urbanos hoje? Esse foi o convite, e acreditamos que os artigos que participaram do dossiê contribuíram de forma muito rica para o debate.

Apesar de possuírem contextos distintos na disciplina, ambos os movimentos compartilham, historicamente, um interesse por abordagens críticas comprometidas com as realidades sociais e históricas que definem os vestígios arqueológicos. De maneira geral, entendemos que a aproximação entre as duas vertentes permite reavaliar a prática arqueológica em contextos urbanos, reforçando perspectivas que valorizam a justiça social, as memórias coletivas e a crítica dos processos de silenciamento e de exclusão promovidos por políticas públicas ou por práticas e sistemas estruturantes da própria sociedade, como o racismo, a aporofobia, a xenofobia, a misoginia, a homofobia, entre outras, que frequentemente se materializam e se reproduzem nas paisagens urbanas.

A arqueologia social, mais especificamente a arqueologia social latino-americana, e a arqueologia urbana são movimentos nascidos na década de 1970. A primeira buscou, por meio da perspectiva marxista, reconectar o presente com um passado que o processo colonial tentou apagar, com destaque para autores em países como Peru, Venezuela, Chile e Cuba. Essa perspectiva, que surgiu nas entranhas da América Latina, em grande parte sob regimes ditatoriais militares à época, pode ser considerada uma das primeiras ações contracoloniais da arqueologia, ainda que tenha apresentado avanços tímidos a seu tempo no que diz respeito a romper efetivamente com sistemas conservadores e descritivos de fazer arqueologia. Avanços que a arqueologia anglo-saxã, com base na Escola de Frankfurt e com inspiração pós-moderna, teve mais sucesso a partir da década de 1990.

É importante ressaltar que a designação "arqueologia social" também esteve associada à perspectiva processualista, proposta pelo arqueólogo inglês Colin Renfrew (1984). A ênfase de Renfrew era no aspecto contextual da arqueologia, sem nenhuma relação com as propostas marxistas anteriormente mencionadas. Renfrew dedicou-se a estudar contextos de passados remotos na Europa, inclusive relacionados ao desenvolvimento espécie humana (Renfrew & Zubrow, 1994; Renfrew, 1998). Isso o levou a propor uma arqueologia cognitiva, como desdobramento da perspectiva processualista e como contraponto à perspectiva interpretativa pós-processualista (Renfrew & Zubrow, 1994; Renfrew, 1998).

Nesse sentido, a "arqueologia social" de Renfrew, fundamentalmente contextual, era sua defesa para lembrarmos que o fim último da arqueologia não é o estudo das coisas, mas das pessoas relacionadas a elas (Renfrew, 1984). Sem dúvida, a perspectiva contextual é um legado do processualismo para a arqueologia (Schiffer, 1996; Binford, 1962), sem o qual não é mais possível seguir adiante, mas sua abordagem seguia orientação completamente distinta da anterior.

Por outro lado, mais recentemente, vemos uma aproximação da arqueologia à microhistória italiana (e.g. Beaudry, 2008; Brooks *et al.*, 2008; Agostini, 2010, 2011; Ribeiro, 2012) e à história social (e.g. Chevitarese & Gomes, 2018; Agostini & Almeida 2019; Agostini & Pinheiro 2021, Agostini 2024; Sá, 2023; Sousa, 2024). Esses movimentos têm nos levado a refletir sobre outros sentidos possíveis para a atribuição do termo arqueologia social, particularmente em diálogo com a historiografia e uma perspectiva histórica-antropológica, reflexões que no momento trazemos para o debate.

A arqueologia urbana como campo se consolidou a partir da segunda metade do século XX, influenciada por mudanças teóricas e metodológicas no campo arqueológico mais amplo. Inicialmente vinculada a abordagens histórico-culturalistas e centrada na cultura material, essa prática passou por reformulações com o

advento da nova arqueologia, que introduziu uma perspectiva materialista e contextual, influenciada pela antropologia. A distinção entre arqueologia "na cidade" e "da cidade" tornou-se fundamental, marcando a diferença entre pesquisas que apenas ocorrem em espaços urbanos e aquelas cujo objeto central é a urbanização de análise.

Nas décadas subsequentes, a arqueologia urbana incorporou conceitos pós-processualistas, enfatizando o papel crítico e social da disciplina (Staski, 2008; Lima, 2022). Essa transformação resultou em uma aproximação com campos como a arqueologia pública, a musealização e a educação patrimonial, culminando em práticas voltadas para o diálogo "com" a cidade e seus habitantes (Tessaro & Souza, 2011; Tessaro, 2014; 2022). A concepção de "cidade sítio" (Cressey & Stephens, 1982) e a compreensão da urbanização como um agente formador e transformador dos contextos arqueológicos consolidaram essa abordagem como uma ferramenta fundamental para refletir sobre o passado e suas implicações no presente.

Nesse cenário, a aproximação com uma arqueologia crítica e engajada fortaleceu o campo da arqueologia urbana, promovendo uma perspectiva voltada à análise das desigualdades, das relações de poder e dos processos históricos de exclusão presentes nas dinâmicas urbanas. Essa união tem potencializado a construção de uma arqueologia comprometida com os sujeitos sociais historicamente marginalizados, reconhecendo o espaço urbano como um campo de disputas simbólicas e materiais.

A cidade passa a ser compreendida não apenas como um contexto físico, mas também como uma expressão histórica de conflitos de classe, etnia e gênero, sendo os vestígios arqueológicos interpretados à luz dessas tensões. A integração em questão fomenta a valorização dos conhecimentos locais, das memórias coletivas e das práticas cotidianas como fontes legítimas de conhecimento arqueológico, contribuindo, portanto, para uma arqueologia mais dialógica, emancipadora e socialmente relevante.

No Brasil, consideramos pioneiro nesse campo o texto "Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?", de Vogel e Mello (1984), que propôs uma reflexão sobre os modos de vida urbanos e suas materialidades, colocando em primeiro plano as relações entre espaço, memória e identidade cultural. Embora apresentasse características não referenciadas e livres, o trabalho em questão antecipou aspectos retomados mais adiante por correntes ligadas à arqueologia pós-processual.

Entre os objetivos desta edição especial da Revista *Vestígios* está o de destacar o campo da arqueologia urbana e incentivar os colegas a apresentarem suas pesquisas a partir de uma perspectiva social. Foi gratificante para nós, organizadores, observar uma variedade de trabalhos que apresentaram perspectivas contestadoras, em uma diversidade de contextos e diferentes pontos de vista. Quem se debruçar sobre o volume terá acesso a um conjunto de arqueologias feitas de norte a sul do Brasil.

A única região sem um contexto de estudo que a represente é o Centro-Oeste brasileiro, cuja representatividade se dá pela iniciativa do pesquisador Tiago Silva Alves Muniz de mobilizar a colega Camilla Agostini para realizar uma entrevista com Leila Papoli-Yazdi. Seus estudos em Goiás despertaram o interesse em compartilhar com os leitores latino-americanos da *Vestígios* a trajetória pioneira de Leila, desde a arqueologia de desastres no Irã até o estabelecimento da primeira startup focada em garbologia na Europa. A trajetória de Papoli-Yazdi e sua empresa não apenas inspira novos campos para o saber-fazer arqueológico, mas também novas perspectivas de mercado de trabalho e de atuação para profissionais de arqueologia.

Vanúzia Gonçalves Amaral e Maria Jacqueline Rodet abordam a temática do lixo, questão tão premente no mundo atual, sobretudo em contextos urbanos, com repercussões sociais dramáticas em larga escala na

contemporaneidade. A ênfase nos polímeros em contextos marinhos amplia o espectro de materiais e de contextos de pesquisa, inclusive no que se refere ao desafio de se repensar a definição de sítio arqueológico.

Tema, aliás, ao qual Márcia Lika Hattori, Aline Feitoza de Oliveira e Edson Teles se dedicaram ao tratar do caso da vala de Perus, em São Paulo, como sítio arqueológico. Os contextos contemporâneos têm desafiado os pesquisadores a lidar com o conceito do que seja "arqueológico", mesmo que os vestígios ou os sítios não estejam cobertos pela Lei 3.924/1961. A contribuição do artigo sobre esses lugares de repressão e de resistência na cidade de São Paulo ajuda a aprofundar o debate sobre o tema, abordando questões éticas, de justiça e de direitos humanos.

De alguma maneira, todos os artigos do volume abordam lugares de repressão e de resistência; essa ênfase é inquestionável nas contribuições apresentadas. No contexto de Pelotas, Vanessa Ávila Costa dá ênfase a noção de estigma para abordar as paisagens do baixo meretrício, aproximando as perspectivas arqueológicas e históricas e utiliza uma ampla gama de fontes para pensar as materialidades dos prostíbulos pelotenses no início do século XX.

Outro aspecto desses lugares de repressão, tal como explorado por Sabrina Fernandes dos Santos Hazar e Camilo de Mello Vasconcellos no contexto amazônico, é o silenciamento. Nesse sentido, os autores contrapõem as narrativas históricas e historiográficas às memórias, aos dados arqueológicos e às coleções museológicas locais, que revelam os enquadramentos oficiais eurocêntricos, excludentes e silenciadores das tradições indígenas e africanas na cidade de Óbidos, às margens do rio Amazonas. Mais uma vez, temos contribuições que abarcam uma multiplicidade de fontes, abordagens e campos disciplinares em defesa de uma ciência capaz de retirar do silêncio grupos historicamente subrepresentados nas narrativas históricas.

Ainda no contexto amazônico, mas agora na capital, Belém, Aguinaldo de Jesus Moraes Marques, Brenda Bandeira de Azevedo e Amanda Carolina de Sousa Seabra se concentram em um elemento arquitetônico particular: a Casa Rosada, considerando sua função social e arquitetônica ao longo da história da cidade. Os autores defendem que a relação entre o patrimônio e a cidade é de mão dupla: "em um sentido, o patrimônio pode construir a cidade, fornecendo uma base sólida de identidade e memória coletiva. Em outro sentido, a cidade constrói e reconstrói seu patrimônio a cada dia". Os autores defendem que faz parte da vida das cidades, particularmente daquelas com centros históricos preservados, que esse patrimônio também participe da revitalização de áreas públicas, atraindo turistas e negócios para a economia local. É fundamental nesses processos acompanhar as contradições inerentes às negociações, tomadas de decisão e desdobramentos que constituem as transformações que eles mobilizam.

Representando a região Nordeste, temos a contribuição do artigo de Alberto Lopes da Silva Júnior e colaboradores, de Pernambuco, que propõem um estudo cartográfico dos limites e da organização social do espaço em Igarassu (PE), entre 1859 e 1876, evidenciando os impactos das transformações político-administrativas do Segundo Reinado na estrutura territorial da província. A cartografia histórica combinada com a pesquisa arqueológica é uma contribuição que os autores reforçam no dossiê no rol das metodologias disponíveis que temos para o estudo das cidades.

No estado do Piauí, temos a contribuição de Andreza Gomes da Silva, Jóina Freitas Borges e Lorena Francisca de Oliveira Castro que analisam a comunidade da Avenida Boa Esperança como um espaço de resistência ao urbanismo neoliberal, na capital Teresina. A autoras propõem uma arqueologia socialmente engajada a partir de práticas e narrativas da própria comunidade de pescadores que resiste a processos de "requalificação urbana" que são, na verdade, novas formas de colonização e expropriação. Por sua vez, Marlene

dos Santos Costa, Shilton Paes Ribeiro Alves e Alessandra Rocha da Silva investigam as dinâmicas da formação urbana e da memória coletiva no município de São Raimundo Nonato. Os autores se dispõem ao diálogo direto à proposta dos organizadores, no exercício de resposta para pensarmos uma arqueologia social urbana, no caso da preservação do patrimônio em meio à crescente descaracterização urbana, considerando o processo histórico de São Raimundo Nonato seus conflitos e contradições.

Outros artigos ampliam e diversificam ainda mais as abordagens do dossiê, agora na região sudeste: Fábio Guaraldo analisa o Sítio da Ressaca, em São Paulo, questionando as narrativas oficiais sobre o patrimônio paulista e evidenciando como a memória afro-brasileira foi silenciada em favor da ideologia bandeirantista. Wesley Bertolai, interpreta o movimento Pixo, na Ilha de São Vicente, como forma de ocupação simbólica do espaço urbano, abordando as pichações como expressão de resistência periférica e leitura crítica da cidade. Sergio Gardenghi Suíama, por sua vez, discute os desafios da patrimonialização do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, e destaca as limitações da gestão pública e a ausência de políticas que assegurem seu reconhecimento como lugar de memória da diáspora africana.

Alejandra Saladino e Karla Barroso propõem uma abordagem transdisciplinar para investigar o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro, como um sítio arqueológico do passado contemporâneo. Por meio de experimentações arqueomuseológicas e de metodologias interdisciplinares, que integram a arqueologia da paisagem, a arqueologia sensorial e a museologia social, as autoras destacam o potencial da documentação híbrida como uma ferramenta de resistência e preservação da memória coletiva. O texto convida o leitor a refletir sobre a importância das interações entre pessoas, coisas e paisagens para a construção de uma arqueologia social urbana mais justa, sensível e transformadora.

Para finalizar, o texto de abertura do dossiê é o artigo do arqueólogo boliviano Juan Villanueva Criaes que oferece uma síntese dialógica relacionada à proposta da chamada deste dossiê, quase uma resposta endereçada a nós organizadores a qual agradecemos ao autor. Além desses apontamentos de caráter teórico, o autor conduz o leitor a uma viagem analítica, histórica e sensorial pelo cânion do rio Choqueyapu, em La Paz, na Bolívia. Trata-se de um espaço urbano central, porém relegado, cujas camadas materiais expõem as marcas profundas da desigualdade moderna. O autor sintetiza e incentiva a reflexão sobre uma arqueologia social com o intuito de repensar a arqueologia urbana, conduzindo-nos a meandros da América Latina, no caso boliviano.

Em síntese, os artigos aqui apresentados reforçam e valorizam o campo da arqueologia urbana, com suas especificidades. Ao se aproximar da arqueologia social, a arqueologia urbana assume e intensifica aspectos políticos em defesa de grupos apagados ou marginalizados. Processos urbanos geram e intensificam distanciamentos sociais e sentimentos de não pertencimento, e a arqueologia, mesmo quando olha para o passado, pode oferecer uma nova perspectiva sobre eles.

No entanto, para isso, é necessário que a arqueologia urbana saia de sua zona de conforto. Zona esta definida pelo seu histórico colonialista que permeia a ciência mais ampla. É importante que nos juntemos em uníssono aos demais campos da arqueologia que vivenciam processos de descolonização, não apenas em relação aos objetos de estudo, mas também à forma como os enxergamos.

Para que tudo isso seja possível, mais do que em qualquer outro momento, é preciso nos esforçarmos para divulgarmos o que produzimos e pensarmos também nas formas como estamos nos comunicando. É necessário diminuir as fronteiras entre nós e a sociedade na qual estamos inseridos e sobre a qual pesquisamos, para que possamos dar sentido às perspectivas políticas e contestadoras que estamos propondo e desenvolvendo. Mesmo que não sejamos os agentes diretos dessa extroversão comunicativa, precisamos

colocar tais questões em primeiro plano, pois, para serem utilizadas, elas precisam estar orientadas desde o início. Precisamos que isso seja feito em consonância com as cidades e o presente delas.

REFERÊNCIAS

- Agostini, C. (2010). Pannels e paneleiras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 4(2), 126-144.
- Agostini, C. (2011). A vida social das coisas e o encantamento do mundo na África central e diáspora. *Métis: história & cultura*, 10(19), 165-185.
- Agostini, C. (2024). Histórias possíveis: multiperspectivismo no debate entre segunda escravidão e arqueologia histórica. Em Muaze, M., & Grinberg, K. (eds.). *Segunda escravidão, memória e história no Vale do Paraíba* (pp. 93-122). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Agostini, C., & Almeida, M. A. (2019). De Mvika à Cabiúna: a dinâmica social de pessoas e lugares no processo de escravização durante o segundo escravismo. Em Santos, V. S., Symanski, L. C., & A. Holl (orgs.). *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana* (pp. 155-191). Curitiba: Editora Prismas.
- Agostini, C., & Pinheiro, F. (2021). “Arqueologia do Mundo Moderno” e Multiperspectivismo na abordagem sobre escravidão no Atlântico Sul. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 15(2), 247-269.
- Agostini, C., Thomaz, L. V., & Martins, C. C. (1997). Arqueologia social latino-americana e arqueologia crítica: a possibilidade de um diálogo. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira.
- Atalay, S., Clauss, L. R., McGuire, R. H., & Welch, J. R. (eds.) (2016). *Transforming archaeology: activist practices and prospects*. New York and London: Routledge.
- Ayala, P. (2017). El multiculturalismo neoliberal y la arqueología de contrato en el norte de Chile. Em Gnecco, C., & Dias, A. S. (orgs.). *Crítica de la razón arqueológica. Arqueología de contrato y capitalismo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- Beaudry, M. C. (2008). Above vulgar economy: the intersection of historical archaeology and microhistory in writing archaeological biographies of two New England merchants. Em Brooks, J. F., DeCorse, C. R. N., & Walton, J. (eds.). *Small worlds: method, meaning and narratives in microhistory*. Santa Fe: School for Advanced Research Press.
- Bezerra, M. (2017). *Teto e Afeto. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNoronha.
- Binford, L. R. (1962). Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, 28(2), 217-225. DOI: 10.2307/278380.
- Brooks, J., DeCorse, C. R., & Walton, J. (2008). *Small worlds: method, meaning, and narrative craft in microhistory*. Santa Fe: School of Advanced Research Press.
- Cantwell, A.-M., & Wall, D. d. (2001). *Unearthing Gotham: the archeology of New York City*. New Haven: Yale University Press.
- Carvalho, P. M., & Bastos, R. L. (2024). Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: a insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, 37(2), 293-312. DOI: 10.24885/sab.v37i2.1159.

- Castañeda, Q. (2014). Situating activism in archaeology: the mission of science, the activist affect, and the archaeological record. Em Atalay, S., Clauss, L., Chevitaress, A. L., & F. S. Gomes (orgs.). *Dos Artefatos e das Margens* (pp. 61-90). Walnut Creek: 7Letras.
- Courtney, P. (2009). The current state and future prospects of urban archaeology in Britain. Em Schofield, J. (ed.). *Modern heritage* (pp. 55-68). New York: Springer.
- Cressey, P. J., & Stephens, J. F. (1982). The city-site approach to urban archaeology. Em Dickens Jr., R. S. (ed.). *Archaeology of Urban America: the search for pattern and process* (pp. 41- 61). New York: Academic Press Inc.
- Funari, P. P. A., & Ferreira, L. P. (2016). *Arqueologia Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Jandaíra.
- Funari, P. P. A., Hall, M., & Jones, S. (1999). *Historical archaeology: back from the edge*. London: Routledge.
- Gnecco, C. (2021). Patrimonialización como despojo: tiempos otros y tiempos de otros. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 51(2), 319-324. DOI: 10.4000/mcv.15558.
- González-Ruibal, A. (2018). *An archaeology of the Contemporary Era*. Abingdon: Routledge.
- Haber, A. (2013). Evestigation, nomethodology and deictics: movements in un-disciplining archaeology. Em González-Ruibal, A. (org.). *Reclaiming archaeology. Beyond the tropes of modernity* (pp. 79-88). London: Routledge.
- Hamilakis, Y. (2016). Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. *World Archaeology*, 48(5), 678-682. DOI: 10.1080/00438243.2016.1209783.
- Hartmann, G. (2021). Unearthing colonial violence: griotic archaeology and community-engagement in Guiana. *International Journal of Historical Archaeology*, 26(1), 79-117.
- Lima, T. A. (2022). No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. Em Symanski, L. C., & Souza, M. A. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira* (pp. 115-167). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Meskill, L. (2013). A thoroughly modern park: Mapunbwe, UNESCO and Indigenous Heritage. Em González-Ruibal, A. (org.). *Reclaiming archaeology. Beyond the tropes of modernity* (pp. 244-257). Abingdon: Routledge.
- Prous, A. (1992). *Arqueologia brasileira / André Prous*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Renfrew, C. (1984). *Approaches to social archaeology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Renfrew, C., & Zubrow, E. B. (1994). *The ancient mind: elements of cognitive archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CBO9780511598388.
- Ribeiro, L. (2012). Maria, Párvoa exposta, Domingos, padre imaculado: ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 6(2), 131-180.
- Sá, R. G. B. de (2023). *A força de mulheres e miudezas: Estudos sobre práticas de consumo por mulheres negras na arqueologia da diáspora africana no Brasil*. Monografia de conclusão de curso. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Schiffer, M. B. (1996). *Formation processes of the archaeological record*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- Sousa, F. M. S. de (2024). *Vestuário de Africano/as e Afro-brasileiro/as no Rio de Janeiro, século XIX: o estudo de fontes históricas a partir da perspectiva da materialidade*. Monografia de conclusão de curso. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Souza, R. de A. e (2020). Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre arqueologia do racismo à brasileira. *Revista de Arqueologia*, 33(2), 43-65. DOI: 10.24885/sab.v33i2.743.
- Staski, E. (2008). Living in cities today. *Historical Archaeology*, 42(1), 5-10.
- Tessaro, P. (2022). Archaeology with the city. *CHAKIÑAN, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*(17). DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3712.

- Tessaro, P. (2014). Pedacos de uma paulicéia espalhados pela urbe: musealizando uma Arqueologia com a Cidade. Dissertação (Mestrado). USP, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-06052014-124403/pt-br.php>>. [cons. 26 jul. 2025].
- Tessaro, P. A., & Souza, R. d. (2011). Arqueologia com a cidade de São Paulo. Em Araujo, A. G. (ed.). *Encontro de Arqueologia, Patrimônio e Turismo*. Rio Claro: Unesp.
- Trigger, B. G. (1989). *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vogel, A., & Mello, M. A. (1984). Sistemas contruídos e memória social: uma arqueologia urbana? *Revista de Arqueologia*, 2, 46-50. DOI: 10.24885/sab.v2i2.42.
- Zanettini, P. E. (2004). O arqueólogo na cidade. Em Magnani, J. G. (ed.). *Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole* (pp. 151-154). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Instituto Florestan Fernandes.